

ONU África e Diáspora: necessidade histórica e contemporânea



» CARLOS ALBERTO SILVA JUNIOR
Advogado, mestre em políticas públicas e assessor legislativo da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

No final de agosto, tive a honra de participar da 6ª Conferência Regional da Diáspora Africana, realizada em Salvador, Bahia. Durante o evento, houve debates intensos e reflexões profundas sobre os desafios e as oportunidades dos povos africanos e afrodescendentes em todo o mundo. Uma conclusão ficou evidente nesses dias: a urgência em se criar uma agência internacional específica para tratar das questões da África e de sua diáspora, que denominei como ONU África e Diáspora.

O pan-africanismo, a memória histórica e as reparações foram os temas centrais da conferência, que apontam nesta direção: a luta do enfrentamento ao racismo, da justiça e da igualdade racial é mundial e exige uma resposta global. Embora tenhamos visto avanços, como a criação do Fórum Permanente sobre Afrodescendentes e regime internacional de combate à discriminação racial, estamos longe de ter uma estrutura internacional robusta e eficaz para enfrentar os desafios impostos pelo racismo estrutural no mundo.

Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem agências dedicadas a questões específicas, como a ONU Mulheres, criada

graças à luta incansável dos movimentos feministas. Essa agência conseguiu, ao longo dos anos, organizar e articular a pauta das mulheres em um patamar político internacional. É justamente essa capacidade de articulação e incidência global que falta para as questões da África e da diáspora africana.

Durante a conferência, ficou evidente que as necessidades e expectativas das populações afrodescendentes vão muito além do combate à discriminação racial. Elas incluem a reparação histórica pelos danos causados pela escravidão e o colonialismo, a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável, a preservação da cultura e identidade afrodescendente, e a garantia de uma representatividade justa em todos os espaços de poder.

Neste ano, a ONU completou 79 anos, em 24 de outubro, um marco que deve ser comemorado e, ao mesmo tempo, servir como um convite à reflexão crítica. Ao longo de quase oito décadas, a ONU tem se mostrado fundamental na promoção da paz, segurança e desenvolvimento, além de desempenhar um papel crucial na luta contra o racismo. No entanto, as iniciativas até agora adotadas precisam de um aprofundamento e de uma ampliação significativa para garantir uma justiça racial verdadeira e eficaz em escala global. É nesse sentido que a proposta de criação de uma agência específica se torna urgente e indispensável.

A criação da ONU África e Diáspora seria um passo decisivo para atender a essas demandas. Essa agência coordenaria e fortaleceria os

esforços globais em prol de justiça racial, políticas de reparações e desenvolvimento, e garantiria que as vozes afrodescendentes sejam efetivamente ouvidas e respeitadas no cenário global. Seria também um espaço para monitorar e denunciar as violações dos direitos humanos.

Ainda assim, a criação de uma agência como a ONU África e Diáspora não deve ser vista apenas como uma resposta reativa às desigualdades históricas e contemporâneas. Ela deve ser encarada como uma oportunidade de redefinir a abordagem internacional ao racismo, estabelecendo padrões globais de justiça e igualdade que respeitem as especificidades culturais e históricas dos povos da África e dos afrodescendentes. Essa nova agência teria a capacidade de unir governos, organizações e movimentos sociais em uma plataforma comum, criando um ambiente colaborativo que possibilitasse soluções práticas e rigorosas para os desafios enfrentados pela África e sua diáspora.

No entanto, sabemos que essa conquista não será fácil. Assim como as mulheres precisaram lutar arduamente para a criação da ONU Mulheres, nós, do movimento negro africano e diáspórico, precisamos nos unir e pressionar o sistema ONU para que reconheça a urgência e a importância de uma ONU África e Diáspora.

Esse é um chamado à ação. A criação da ONU África e Diáspora não é apenas uma questão de justiça, é uma necessidade para que possamos avançar na construção de um mundo mais justo e igualitário para todos os afrodescendentes. O tempo de agir é agora.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (Interina))



circacunha.df@dabr.com.br

Visto de cima

Subir no palanque para fazer discursos políticos para uma campanha eleitoral, um lugar onde cabem todos os tipos de promessas e acenos, é muito diferente do que subir a rampa do Planalto para governar um país complexo como o Brasil. No palanque, o Brasil que se vislumbra é visto do alto da rampa da rampa ou do terceiro andar do Palácio do Planalto, o país que se descortina é outro totalmente distante dos palavrórios.

Obviamente, diante da realidade que se apresenta ao eleito, sempre existirão aqueles que preferem tomar atalhos mais fáceis e governar o país por controle remoto, cooptando com benesses todas as forças políticas ao redor, dentro de esquemas do século passado, chamado de presidencialismo de coalizão.

Nesse tipo de modelo de governança, todos lucram, menos a população, que é chamada a pagar a conta desses desacertos escusos e longe da ética pública. Segundo o Portal da Transparência, mantido pela Controladoria Geral da União, até agora, foram 5.657 empenhos. Com R\$ 37,50 bilhões empenhados e R\$ 23,34 bilhões pagos. Outras vantagens vão embrulhadas em caixas de presente, com a distribuição de cargos no governo, uma boquinha que faz a alegria de parlamentares que não se avexam de trair o eleitor — concorrem a um cargo, ganham votos e licenciam-se para ocupar função no Executivo.

Nesse tipo de jogada, é sabido que nenhum dos lados está correto, sob o ponto de vista da correção e da ética. Não chega a ser surpresa que, diante de um modelo dessa natureza, para cada passo que o país avançava em frente, recuasse dois passos — ou seja, ficamos a patinar, sem ir a lugar algum.

Na vida real, o valor daquilo que é prometido aos eleitores em palanque é sempre 10 vezes mais ou impossível de ser materializado. O dinheiro nunca é suficiente para cobrir as despesas e os gastos que não param de crescer. A percepção da população é de que o próprio governo não sabe o que fazer com os recursos nem quanto gasta, deixando-se guiar não pelos números, mas apoiado no que acredita ser seu infalível instinto político. Mas esse ainda não parece ser nosso maior problema. Arrecada-se muito, o que faz do Brasil um país com as maiores cargas tributárias do planeta. Mas gasta-se muito sem cerimônia, fazendo de nossa máquina pública um enorme sorvedouro de recursos.

O Banco Central apontou que, pela primeira vez na história, a Dívida Bruta do Governo Geral, que abrange as contas do governo federal, INSS e governos estaduais e municipais, atingiu R\$ 9 trilhões em outubro de 2024. O número é equivalente a 78,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso equivale a dizer que nem todo o PIB do país seria capaz de honrar essa dívida gigantesca. Mas esse não é nosso maior problema. De fato, quando o governo acena com mais impostos, o que está em pauta não é falta de recursos para tocar o país para frente. Dinheiro existe em abundância. Como existe também em excesso má gestão dos recursos públicos, acompanhada por grande número de casos de corrupção.

É do perverso binômio corrupção e má gestão de recursos que o país padece, e esse é, sim, um dos nossos maiores problemas. Sem um enfrentamento sério desses dois problemas, de nada adianta aumentar os impostos para arrecadar mais. O pior é que não parece haver perspectiva de acabar com esse flagelo. Para a questão dos gastos, tem o remédio que é dar maior eficiência às contas públicas. Para o caso de corrupção, que corre paralelo com a questão dos altos gastos, esse parece ser um problema sistêmico, que só seria resolvido com reformas profundas no Estado. Reformas que os políticos não desejam e que fazem tudo para que não aconteça.

Infelizmente, não existe uma união nacional em torno de propostas desse tipo. Diferentemente dos pássaros, nossas lideranças não têm capacidade de enxergar o país de cima, em sua totalidade. De longe e do alto, o Brasil é um país magnífico. Visto de perto, por meio da visão de nossas elites dirigentes, somos um país promissor apenas para essa elite.

A frase que foi pronunciada:

“Só países em guerra têm um déficit tão alto como o Brasil”

Luís Stuhlberger

Cartas na mesa

» Valter Rosa, da assessoria técnica da Secretaria de Comunicação do Senado Federal, tem recebido vários elogios pela idealização do *Eleitos, o Jogo da Democracia*. Confeccionado na Gráfica do Senado, o jogo pode ser adquirido por qualquer escola pública de ensino médio do país.

História de Brasília

A decisão dos diretores da Novacap prende-se ao fato de a Comissão haver, durante o inquérito, fugido ao seu fim específico, formulando perguntas alheias ao fim para o qual foi criada. (Publicada em 24/4/1962)



O acordo com a União Europeia



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, chegou de surpresa a Montevidéu para participar da reunião dos países do Mercosul. A viagem da líder europeia à América do Sul indicou que a novela do acordo entre União Europeia (UE) e Mercosul estaria perto do fim, após 25 anos de discussões.

“Touchdown na América Latina. A linha de chegada do acordo UE-Mercosul está próxima. Vamos trabalhar, vamos atravessá-la. Temos a chance de criar um mercado de 700 milhões de pessoas. A maior parceria comercial e de investimento que o mundo já viu”, escreveu Von der Leyen, nas redes sociais, depois de chegar à capital do Uruguai. Anunciar o acordo, no entanto, não garante que o tratado se tornará realidade, mas é uma jogada política destinada a pressionar os países resistentes a não oferecer maior oposição.

O governo brasileiro trabalhou nos últimos dias com essa possibilidade. Até quarta-feira passada, no entanto, estava pendente a confirmação da viagem da líder da UE para participar do encontro. Depois do anúncio da conclusão, o texto final passará por revisões e entra em fase de tradução para 23 idiomas. Só depois disso, será assinado. A partir daí, precisa ser aprovado pelo Conselho Europeu e, ainda, pelo Parlamento Europeu. É onde a França

e países opositores podem tentar bloquear o seu avanço.

Entre os governos opositores na UE, o mais incisivo é o da França, que conta com o apoio da Polônia. O governo francês tenta convencer Holanda, Áustria e Itália a se juntar em oposição ao texto e bloquear a aprovação do acordo. A França, no entanto, está em meio a uma crise política doméstica. Na última quarta-feira, deputados franceses derrubaram o governo do primeiro-ministro conservador, Michel Barnier, após aprovarem uma moção de censura. A coalizão favorável ao acordo, na Europa, é liderada pela Alemanha e pela Espanha.

Depois da aprovação pelo Parlamento Europeu, os países-membros ainda precisam ratificar partes do acordo através dos seus parlamentos. O cronograma do acordo, no entanto, não que tange à parte comercial, já passa a valer após o voto favorável do Parlamento Europeu. No caso do setor de automóveis, por exemplo, a queda progressiva até a tarifa zero se dará ao longo de 15 anos. Esse prazo começará a correr a partir da aprovação pelo Parlamento Europeu.

Anunciar o acordo e não chegar ao final já aconteceu antes. Em junho de 2019, os dois blocos regionais anunciaram a conclusão do acordo, que começou a ser negociado em 1999. Mas, nos últimos cinco anos, o texto nunca chegou a ser assinado. A conclusão completa do texto e o processo para sua implementação ficaram travados. Isso porque a opinião pública europeia era crítica ao governo Bolsonaro em razão dos altos índices de desmatamento da Amazônia.

No governo Lula, os debates foram retomados. Em março daquele ano, os europeus enviaram ao Mercosul um protocolo adicional para ser incluído no texto, com mais condicionantes de proteção ambiental. O Brasil achou o novo

pedido injusto, mas aproveitou para reabrir as negociações, além do que fora solicitado pelos europeus, para aplacar mudanças com relação às compras governamentais.

Entre agosto de 2023 e o final de novembro de 2024, foram feitas sete rodadas de negociações em Brasília. O novo texto, acordado pelos negociadores na semana passada, é mantido sob sigilo. Foram feitos ajustes nas seções ambiental e de compras públicas.

O acordo Mercosul-União Europeia é um tratado com negociações concluídas em junho de 2019, que foi totalmente revisado nos últimos cinco anos. Ele foi negociado para regular o diálogo político, a cooperação e práticas de livre comércio. A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul. O acordo cria um mercado potencial de US\$ 22 trilhões, o que abre enorme perspectiva comercial para sul-americanos e europeus. Representa um quarto (25%) do Produto Interno Bruto (PIB) do globo e engloba 750 milhões de pessoas.

As difíceis negociações envolvem diversas áreas, como marcos regulatórios, tarifas alfandegárias, regras sanitárias, propriedade intelectual e compras públicas. Empresas brasileiras poderosas, por exemplo, participar de licitações no bloco europeu. É difícil colocar todos os países da União Europeia de acordo com o tratado de livre comércio. Os franceses têm receio da concorrência com produtos agrícolas brasileiros e argentinos, que são melhores e mais baratos. Mas, no momento, com a guerra na Ucrânia, o crescente poder russo, a ascensão comercial da China e a política de Donald Trump, a saída para o sul parece ser o caminho mais viável para os europeus. E o Mercosul precisa ser arejado para admitir novos e melhores parceiros. Ao que parece, todos ganham.